

## DISCURSO E PRAGMÁTICA II INTENÇÃO RECONHECÍVEL E MANOBRAS ESTILÍSTICAS ESTAÇÃO GRICE / OSWALD DUCROT

### META

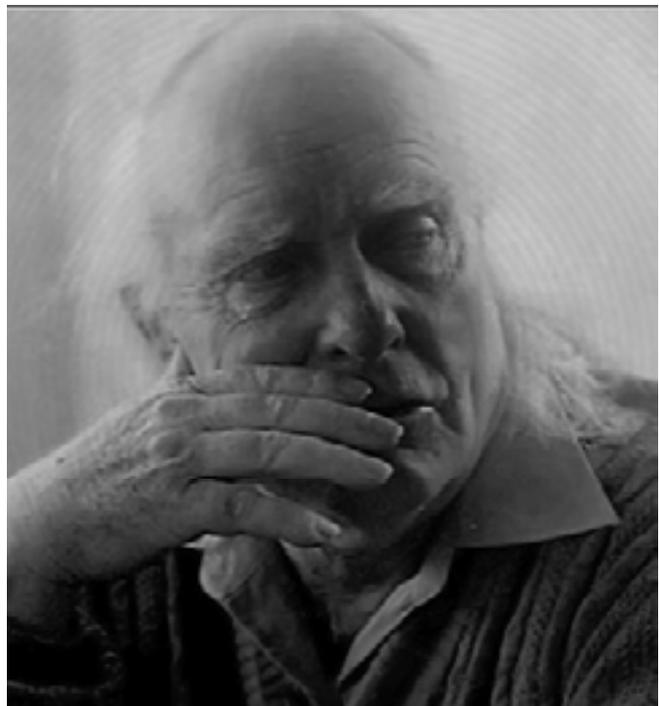
Apresentar um modo pragmático de compreender os sentidos da linguagem considerando relações que incluem o mundo e as intenções do sujeito na linguagem.

### OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:  
tornar compreensível as noções de sentido natural e sentido não-natural;  
apresentar o princípio (griceano) da cooperação e as máximas conversacionais;  
apresentar um conceito de enunciação;  
apresentar uma abordagem pragmática do discurso.

### PRÉ-REQUISITOS

Aulas anteriores.



Herbert Paul Grice  
(Fonte: <http://philosophersapp.com/images/Grice.jpg>)

### INTRODUÇÃO

Até o momento, nesse nosso percurso, temos as dimensões do código verbal (aula 1), os estudos da comunicação como circuito fechado, interessados pela eficácia na transmissão da informação (aula 2) e os estudos pragmáticos voltados para a situação de comunicação (aula 3). Precisamos agora ter conhecimento a respeito de outra região dos estudos pragmáticos interessados pela intenção de quem fala. Estudar a intenção é incluir como objeto da análise outro elemento excluído por Saussure: o sujeito psicológico. Vejamos!

A partir de Grice (1957), é possível pensar a função do signo, algo que está por outra coisa, em duas dimensões.

### O SENTIDO NATURAL

O sentido natural vem pela intuição, pela atenção às experiências vividas, atenção a algo que significa outra coisa sem a intenção, inclusive pela ausência de interlocutor, por exemplo:

Fumaça – significa a presença de fogo

Pegadas – significa a presença de alguém

Esse sentido natural pode aparecer em situações de comunicação revelando, por exemplo, sentimentos localizados fora do consciente daquele que fala. Os sentidos aparecem indicados na expressão da face ou do corpo de quem fala sem que o indivíduo tenha muitas vezes a intenção de expressar tais sentidos. Por exemplo, “os olhos arregalados” diante de uma notícia trágica.

Entre outras, uma leitura introdutória a respeito do signo temos em Epstein (1991). Os estudos interessados por essas relações indiciárias têm tradição. É importante ver, por exemplo, o debate sobre interpretação que vem dos anos de 1960 (SONTAG, 1961), passando pelos trabalhos de Umberto Eco (1993).

Por outro lado, há sentidos programados para que façam efeito. Esses sentidos aparecem em signos que têm a função de fazer reconhecer determinada intenção. São os sentidos não-naturais.

### O SENTIDO NÃO-NATURAL

O sentido não-natural vem pelo reconhecimento da lógica da linguagem. Estamos falando do sentido como intenção do locutor. Por exem-

plo, um cartaz anuncia greve de trabalhadores. Ele apresenta uma figura humana e o foco da figura são os braços cruzados. Ora, os braços significam a força de trabalho, basta lembrar os enunciados “X é o braço direito de Y” ou “o mundo em crise e você aí de braços cruzados!”, ou ainda “mãos à obra”. Os braços cruzados no anúncio significam e vem acompanhado de do enunciado “trabalhadores parados”. Observemos que há uma tênue linha entre a relação com o mundo e a intenção de quem fala. Para H. P. Grice, em seu “Meaning” (1957), há um sentido não natural que depende da intenção. Por exemplo, se alguém diz:

“O céu está cheio de nuvens carregadas!”

O sentido dependerá daquilo que se quer fazer crer em face da situação dada:

“É risco de apanhar alguma doença?”

“É alegria em decorrência do que se plantou?”

É claro que o sentido do enunciado é uma relação do linguístico com o referente, as coisas do mundo na situação. É por isso que temos as possibilidades tão diferentes como nos enunciados acima. Essas possibilidades estendem as relações aos limites do possível, por exemplo, em piadas. Elas só existem por que há espaço no domínio psicológico. O que dimensiona esse espaço do possível é um acordo feito entre os locutores. A partir dessa concepção, desse acordo entre locutores, H. P. Grice elaborou um quadro geral da conversação. Esse quadro orienta uma larga margem de trabalhos. Vejamos.

## PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO

“Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (GRICE, 1967, p. 86. Apud. GUIMARÃES, E. Op. cit., 1995, p. 32).

No interior desse princípio, Grice sistematizou regras máximas.

### MÁXIMAS CONVERSACIONAIS

Quantidade:	Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerida (para o propósito corrente da conversação). Não faça sua contribuição mais informativa do que requerido.’
Qualidade:	Não diga o que você acredita ser falso. Não diga senão aquilo para o que você possa fornecer evidência adequada.’
Relação:	Seja relevante
Modo	Seja claro. Dada como supermáxima a que se submetem as máximas que seguem: Evite obscuridade de expressão. Evite ambigüidades. Seja breve (evite prolixidade desnecessária). Seja ordenado.

Um exemplo

Os estudos orientados por essa concepção pragmática estão interessados pelo que os locutores intencionalmente buscam como o sentido. Por exemplo, em

“- Pai, tá na mesa!”

Pelo respeito ao princípio de cooperação e às máximas conversacionais, os locutores (pai e filha) sabem que essa informação tem outro sentido que passa pela situação e sobretudo pela intenção de quem fala e de quem ouve. No enunciado, a situação é a seguinte: os locutores estão em casa e é hora de uma refeição: o almoço, por exemplo. Nesse caso, a intenção não é informar que o almoço está na mesa, o aviso é, pelo acordo entre locutores, um convite, um chamamento:

“- Vamos almoçar?”

Ou apenas,

“- Venha [almoçar]!”

### O conceito de enunciação

Note-se que nos enunciados acima, não foi preciso que aparecessem na cadeia lingüística todos os elementos comunicados. Bem, cara (o) aluna (o), temos então uma série de elementos colocados em jogo em uma situação de discurso, mas suas relações se dão no plano psicológico. Nesse ponto, precisamos encaminhar essa aula retomando um conceito de enunciação que procura conjugar os problemas de identidade e pressuposição, vistos na aula 3, para irmos concluindo com o próximo capítulo, essa primeira unidade apresentando uma abordagem pragmática do discurso. Vejamos então uma definição básica de enunciação. Leia atento!

“A produção lingüística pode ser considerada: seja como uma sequência de frases, identificada sem referência a determinado aparecimento particular dessas frases (elas podem ser ditas, ou transcritas com escritas diferentes, ou impressas etc.); seja como um ato no decorrer do qual essas frases se atualizam, assumidas por um locutor particular, em circunstâncias espaciais ou temporais precisas. Tal é a oposição entre o ENUNCIADO e a situação do discurso, algumas vezes chamada de enunciação. Entretanto, quando se fala, em Linguística, de ENUNCIÇÃO, toma-se esse termo num sentido mais restrito: não se visa nem o fenômeno físico de emissão ou de recepção da fala, que depende da psicolingüística ou de uma das suas subdivisões, nem as modificações introduzidas no sentido global do enunciado pela situação, mas os elementos pertencentes ao código da língua e cujo sentido no entanto depende de fatores que variam de uma enunciação para a outra; por exemplo, eu, tu, aqui, agora etc. Em outras palavras, o que a Lingüística retém é a marca do processo de enunciação no enunciado.” DUCROT, O e TODOROV, T. (1972) *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*, Perspectiva, 1998, p. 289-292.

Consideremos então as marcas do processo no tocante àquilo que estamos estudando: o discurso nas relações com o mundo e nas relações de intencionalidade.

### Uma abordagem pragmática do discurso

Para tanto, lancemos mão de um enunciado que nos permitirá apresentar uma boa região dos estudos do discurso. O enunciado nos permitirá falar a respeito da Abordagem pragmática do discurso. Vejamos!

“Sorria: você está sendo filmado”

### UM NÃO RECONHECIMENTO DO LITERAL

Do ponto de vista de uma pragmática elementar, do enunciado devemos considerar os usos linguísticos relativos à situação em que ele aparece. Mas devemos incluir um modo de tratar o sentido em que os enunciados têm um sentido literal, regido pelo *princípio da cooperação* regulado por *máximas conversacionais* (GRICE, 1967). Nesse caso, o cooperativo, o verdadeiro, o relevante é a intenção reconhecível relativa a uma dada situação. No enunciado em questão, o princípio e as máximas passam longe do sentido literal, ou seja, o leitor/locutor não vai sorrir. Quer dizer, nossa intenção não vai reconhecer o literal. Esse é um fato importante do ponto de vista da intencionalidade.

### UMA MANOBRA ESTILÍSTICA

O “sorria” exerce a função de manobrar estilisticamente (DUCROT, 1972, p. 22-23) a relação com o interlocutor, ou seja, há uma intenção por parte do “sorria”. O “sorria” funciona mais ou menos como quando o deputado da oposição diz: “não tenho nada contra a pessoa do prefeito, mas ele está fazendo uma administração pífia”. A intenção é “beijar uma face, para ter direito a bater firme na outra”. A intenção é equilibrar os pesos. Basta observar que sem o “sorria”, o “você está sendo filmado” não sobrevive. Sozinho ele é uma ameaça, sobretudo se considerarmos o tempo observamos que a relação é presente em andamento, por isso, o sujeito dela não escapa. O sujeito não é prevenido de que “será filmado”. Ele já é! Quer dizer, o “sorria” evita a discórdia.

O “sorria” recobre o sentido do risco, da insegurança, posto que signifique tranquilidade e garantia dos direitos e deveres, já que o enunciado aparece em situações financeiras: lojas, bancos, conveniências etc. Seguramente, o “sorria” é aí colocado para “suavizar” e parece mesmo produzir esse efeito. Mas é importante que lembremos: não pensamos a esse respeito. Esse fato nos informa que as relações entre enunciados produzem sentidos que não se aplicam a indivíduos, mas a sujeitos sociais (mais adiante, aula 8, essa questão do “não pensar a respeito” será observada do ponto de vista histórico).

## CONCLUSÃO

Os estudos das intenções do falante, dentre as teorias do discurso, é também uma região que inclui outro excluído saussuriano: o sujeito psicológico, quer dizer, extrapola os domínios do linguístico. Nessa região, que também podemos chamar de pragmática, o sujeito está em uma relação de representação que passa pelo *princípio da cooperação* e por *máximas conversacionais*. Tudo isso está em jogo quando o objeto de estudos é o discurso enquanto comunicação. Nesse caso, é fundamental que o sujeito seja examinado nas relações de intencionalidade categoria que vem se juntar aos elementos dêiticos, as coisas do mundo para o estudo da enunciação. Mas é preciso reconhecer que a pragmática aqui apresentada precisa avançar na direção que olha os sentidos, a enunciação, para além da situação de comunicação.

## RESUMO

Nessa aula 4, estudamos as noções de sentido natural e sentido não-natural, os trabalhos orientados por essa concepção, sem dúvida, vão em direção ao domínio do sujeito. Mas ao tomar essa direção, observamos que a pragmática trata da questão do sujeito nos limites do psicológico em um acordo prévio pela cooperação conversacional. Esse acordo, assumido por certo conceito de enunciação, abre caminho para que tenhamos os princípios básicos de uma abordagem pragmática. Com a análise, aprendemos que o estudo das relações entre enunciados pode nos colocar diante de sentidos que não se aplicam a indivíduos, mas a sujeitos sociais.



## ATIVIDADES

Procure observar enunciados que circulam na sociedade. Considere os sentidos literais. Examine os acordos e as máximas conversacionais, as categorias dêiticas (espaço/tempo; eu/tu), a situação de comunicação, os limites do psicológico, das circunstâncias e a dimensão do sujeito social. Por exemplo,



“Esta biblioteca é equipada com dispositivo antirroubo.”

## REFERÊNCIAS

- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, SP, Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Princípio de semântica lingüística**. Cultrix, São Paulo, SP, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Estruturalismo e lingüística**. São Paulo, SP, Cultrix, 1970.
- \_\_\_\_\_. TODOROV, T. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo, SP, Editora Perspectiva, 1998.
- CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. São Paulo, SP, Ática, 2000.
- ECO, U. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo, SP, Martins Fontes, 1993.
- FREGE, G. (1892) **Sobre o sentido e a referência**. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.
- GRICE, H. P. Meaning. 1957. In: STAINBERG, E.; JAKOBOVITS, L. A. **Semantics**. Cambridge University Press, 1974.
- \_\_\_\_\_. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (org) **Fundamentos metodológicos da lingüística**, vol. IV – Pragmática. Campinas: Editora do Autor. 1975, p. 81 – 103.
- GUIMARÃES, E. **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP, Pontes, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas, SP, Pontes, 1995.
- SONTAG, S. **Contra a interpretação**. Porto Alegre, RS, Editora L&PM, 1987.